



Artigo VII
Dança e teatro

1. As Partes fomentarão a troca de grupos de dança e de teatro, clássicos, modernos e contemporâneos, assim como de grupos de folclore para fazer apresentações em festivais no território da outra Parte.
2. As Partes incentivarão a apresentação de peças escritas por autores renomados dos dois países no território da outra Parte.
3. As Partes promoverão a tradução de importantes peças para o idioma da outra Parte, e fomentarão parcerias nas áreas do ensino do teatro e da dança, pelo intercâmbio de artistas e de informações, bem como por meio de promoção de oficinas.

Artigo VIII
Bibliotecas e arquivos

1. As Partes intercambiarão boletins e publicações sobre arte e cultura por meio de suas respectivas Bibliotecas Nacionais.
2. As Partes intercambiarão informações sobre bibliotecas, arquivos, documentação e atividades editoriais.
3. As Partes promoverão o intercâmbio de experiências sobre a conservação, restauração e difusão do patrimônio bibliográfico, a manutenção e restauração de manuscritos e documentos antigos, bem como na área das novas tecnologias da informação.

4. As Partes continuarão estimulando a cooperação entre os escritores da Guiana e a Academia Brasileira de Letras (ABL), especialmente no que se refere à promoção de oficinas e de conferências acadêmicas.

Artigo IX
Literatura e imprensa escrita

1. As Partes intercambiarão publicações de obras selecionadas de escritores relevantes de seus respectivos países, e recomendarão livros relevantes nas áreas da literatura, das ciências e das artes, a cada dois anos, para serem traduzidos e publicados no território da outra Parte.
2. As Partes fomentarão a troca literária por meio da promoção da tradução e da publicação de autores brasileiros na Guiana e de autores guianenses no Brasil.
3. As Partes promoverão visitas de escritores ao território da outra Parte, em especial a universidades, feiras de livros e exposições.
4. Cada Parte enviará à outra Parte delegação de especialistas nas áreas de imprensa escrita e de publicações, para a troca de experiências.

Artigo X
Direitos autorais e direitos conexos

1. As Partes fortalecerão a cooperação para o desenvolvimento e a melhoria da legislação sobre direitos autorais e dos sistemas de proteção, principalmente aqueles relacionados à função social do sistema de proteção da propriedade intelectual, enfatizando a produção dos autores dos dois países.
2. As agências governamentais das Partes relacionadas com direitos autorais e direitos conexos estabelecerão agenda para proceder a um estudo comparativo da legislação de ambos os países e para promover seminários e visitas de estudo relacionadas com seus sistemas de propriedade intelectual.
3. As Partes reforçarão a cooperação para o combate à falsificação.

Artigo XI
Facilidades Administrativas

1. Cada Parte providenciará as facilidades necessárias para a entrada, permanência e partida de participantes oficiais de projetos de cooperação. Esses participantes estarão submetidos aos procedimentos migratórios, sanitários e de segurança nacional válidos no país receptor e não se dedicarão a qualquer atividade diferente das suas funções sem a prévia autorização das autoridades correspondentes.
2. As Partes providenciarão todas as facilidades administrativas e de inspeção necessárias para a entrada e saída de qualquer equipamento e material que serão utilizados para a realização dos projetos, de acordo com as respectivas legislações nacionais. Os bens destinados a exposições culturais poderão ser importados sob um sistema específico de admissão temporária. As mencionadas facilidades de imigração, importação e exportação estarão em conformidade com as respectivas leis e regulamentos das Partes.

Artigo XII
Cultura tradicional, popular e indígena

1. As Partes apoiarão a cooperação entre instituições e organizações relacionadas à cultura popular assim como o intercâmbio de artistas populares e grupos de folclore, por meio de suas participações em eventos internacionais de folclore e de festivais organizados na Guiana e no Brasil.

2. As Partes afirmam a importância da cultura popular para a formação da identidade cultural de cada país e aprofundarão a cooperação para o desenvolvimento de ações conjuntas para o reconhecimento, a promoção, o intercâmbio e a disseminação das culturas indígena, tradicional e popular, além das expressões culturais das minorias de ambos os países.
3. As Partes cooperarão para o intercâmbio de experiências na preservação da memória, na transferência e no intercâmbio de conhecimento entre os povos indígenas, especialmente da Amazônia brasileira e guianense.

Artigo XIII
Condições de financiamento

1. Todos os recursos necessários para a implementação do presente Programa Executivo devem ser acordados com base em cada caso, em conformidade com as respectivas leis e regulamentos das Partes, de acordo com as respectivas disponibilidades orçamentárias, sem excluir outras formas de ajuda obtidas de terceiros.
2. O financiamento para a implementação das atividades do presente Programa será acordado por via diplomática.

Artigo XIV
Disposições finais

1. Este Programa não excluirá outros tipos ou iniciativas de cooperação nos campos das artes visuais, patrimônio cultural, museus, cinema, música, bibliotecas, circo, dança e teatro e cultura popular.
2. A implementação do presente Programa e outros detalhes devem ser acordados por meio das vias diplomáticas.
3. As Partes intensificarão consultas recíprocas com o intuito de adotar pontos comuns no âmbito das organizações internacionais e organismos, no que se refere a assuntos relevantes para o presente Programa.
4. Todas as atividades desenvolvidas no âmbito do presente Programa estarão em conformidade com as respectivas leis e regulamentos das Partes.
5. O presente Programa poderá ser emendado a qualquer momento, por consentimento mútuo das Partes, por via diplomática.
6. O presente Programa entrará em vigor na data da sua assinatura e terá vigência de quatro (4) anos.
7. Qualquer das Partes poderá, a qualquer momento, notificar a outra de sua intenção de denunciar o presente Programa. A denúncia surtirá efeito trinta (30) dias após a data da notificação e não afetará as atividades que estiverem em execução, salvo se acordado em contrário pelas Partes.

Feito em Bonfim, em 14 de setembro de 2009, em dois exemplares originais, em português e em inglês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL
CELSO AMORIM
Ministro das Relações Exteriores

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DA GUIANA
CAROLYN RODRIGUES-BIRKETT
Ministra dos Negócios Estrangeiros

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "CRIAÇÃO DO OBSERVATÓRIO DO MERCADO DE TRABALHO NACIONAL DE TIMOR-LESTE"

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Democrática de Timor-Leste (doravante denominados "Partes"),

Considerando que as relações de cooperação técnica têm sido fortalecidas ao amparo do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de Timor-Leste, firmado em 20 de maio de 2002;

Considerando o desejo mútuo de promover a cooperação técnica para o desenvolvimento; e

Considerando que a cooperação técnica na área do trabalho se reveste de especial interesse para as Partes,

Ajustam o seguinte:

Artigo I

1. O presente Ajuste Complementar tem por objeto a implementação do Projeto "Criação do Observatório do Mercado de Trabalho Nacional de Timor-Leste" (doravante denominado "Projeto"), cuja finalidade é:

a) estruturar e instalar o Observatório do Mercado de Trabalho Nacional de Timor-Leste (doravante denominado "Observatório"), uma instância governamental de assessoramento técnico, dedicada à promoção e à difusão de informações, análises e propostas de ação, sobre o mercado de trabalho e sobre a legislação trabalhista e correlata, de forma a subsidiar políticas públicas relativas às questões do trabalho;

b) capacitar técnicos da Secretaria da Formação Profissional e Emprego de Timor-Leste para atuar no Observatório; e

c) elaborar pesquisas sobre o mercado de trabalho nacional de Timor-Leste.

2. O Projeto será aprovado e firmado pelas instituições coordenadoras e executoras.

Artigo II

1. O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) o Ministério do Trabalho e Emprego como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.

2. O Governo da República Democrática de Timor-Leste designa:

a) a Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego -(SEFOPE) como instituição responsável pela coordenação, execução, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar.

Artigo III

1. Ao Governo da República Federativa do Brasil, cabe:

a) designar e enviar técnicos brasileiros ao Timor-Leste para desenvolver as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

b) prestar apoio operacional para a execução do Projeto;

c) disponibilizar a infraestrutura para a realização de treinamentos no Brasil; e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

2. Ao Governo da República Democrática de Timor-Leste, cabe:

a) designar técnicos timorenses para participar das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

b) disponibilizar instalações e infraestrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto, em Timor-Leste;

c) prestar o apoio necessário aos técnicos brasileiros na execução do Projeto; e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

3. O presente Ajuste não implica qualquer compromisso de transferência de recursos financeiros das Partes ou qualquer outra atividade gravosa aos patrimônios nacionais.

Artigo IV

Na execução das atividades previstas no Projeto, as Partes poderão dispor de recursos de instituições públicas e privadas, de organizações não-governamentais, de organismos internacionais, de agências de cooperação técnica, de fundos e de programas regionais e internacionais, que deverão estar previstos em outros instrumentos legais que não o presente Ajuste.

Artigo V

Todas as atividades mencionadas neste Ajuste Complementar estarão sujeitas às leis e aos regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil e na República Democrática de Timor-Leste.